



A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Por

Eliã Jéssica Oliveira da Silva

Kédma de Oliveira Freitas

Prof. João Santos Nahum

Universidade Federal do Pará – UFPA. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas – Faculdade de
Geografia e Cartografia

INTRODUÇÃO

A análise dos textos que seguem, presentes na primeira parte do livro *A Questão Agrária no Brasil*, organizado por João Pedro Stedile, que são: *Quatro séculos de latifúndio* e *As três frentes de luta de classes no campo brasileiro* de Alberto Passos Guimarães, *A questão agrária e a Revolução Brasileira*, de Caio Prado Junior, *Formação histórica do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré e *Problemas agrário-camponeses no Brasil*, de Moisés Vinhas. Abordam temas que se complementam no decorrer da construção da primeira parte deste livro.

Tais textos remetem um contexto histórico que abrange do período colonial

brasileiro (1500) até meados do século XX. Destacando algumas incógnitas e questões que envolviam a agricultura em tal período. Como se desenvolveu a estrutura agrária brasileira, que tipo de influência ela teve e como isso influenciou na formação agrária do período atual.

Boa parte desses textos contém informações do primórdio agrário brasileiro, eles representam a construção do que vivenciamos hoje. Tais discussões estiveram presentes nos textos de debates políticos da década de 1960, influenciados pela crise vivida e, que se tentava explicar através da formação econômica histórica da agricultura brasileira.

Os textos destacados aqui são históricos e políticos, visando o estudo do campo e da sociedade que nela atua. Tal análise tem como objetivo alcançar maior entendimento sobre o que estava acontecendo. E através dessa volta ao passado, do nosso período colonial até atualidade vivida, tentar entender o que se passa e como tais fatos históricos teriam influenciado na crise vivida nesse período.

Tais análises são importantes para a construção de um pensamento sobre o que é o agrário, como se formou e, que influência ele tem sobre a nossa atualidade.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: ANÁLISE DO LIVRO

O presente artigo tem como objetivo analisar o livro *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 a 1960* que é dividido em três partes, porém será analisada aqui apenas a primeira, denominada de *O debate do PCB* – partido mais influente no Brasil na década de 1960. A mesma é formada por textos que revelam algumas discussões que teriam maior enfoque no quadro do agro, escritas por autores engajados nas problemáticas vivenciadas pela sociedade da época.

O primeiro texto a ser analisado é de autoria de Alberto Passos Guimarães, denominado *Quatro séculos de latifúndio*

(1963). Esse texto retoma toda uma realidade vivida pelo Brasil colonial. Seus primeiros colonizadores, primeiro modo de exploração, como era vista a formação do campo nesta época e, como o regime feudal com o mercantilismo e o capitalismo com o imperialismo moldaram a formação do campo neste período, já que o principal meio de produção adivinha da terra.

Deste período podemos destacar algo que ainda é vigente em nossa época, que são os latifúndios, herança direta do regime econômico colonial implantado em nosso país logo após a sua descoberta. O contexto latifúndio traz a tona outra discussão que é a da reforma agrária. Hoje em dia muito se é questionado sobre o tema, mas temos que ter em mente que tal fato não foi constituído atualmente e, se molda graças a todo um contexto histórico presente desde a nossa colonização. A exemplo disso temos o advento da sesmaria – forma de divisão do “novo mundo”, que para Portugal, representava uma tentativa para salvar a agricultura decadente, para evitar o abandono dos campos que se acentuava a medida que se descompunha a economia feudal, na ação do crescimento das atividades dos centros urbanos.

Desse período brasileiro se originariam novas formas de trabalho, do escravo ao trabalhador livre da indústria

agrícola de produção de açúcar. E deles vimos nascer uma frente luta uma nova fase do agro brasileiro, atrás de uma nova forma de apropriação da terra, que gerariam melhores condições de vida aos trabalhadores e, tornando possível o nascimento de novos tipos menores de propriedade rural.

É basicamente sobre a reforma da terra e seus agentes que o texto seguinte de Caio Prado Junior, denominado *A questão agrária e a revolução brasileira* (1960), vem abordar. Como o capitalismo se desenvolve no seio da agricultura e como isso vem influenciar no intuito do trabalhador em ter uma elevação no seu padrão de vida.

O maior empecilho para que isso acontecesse era a concentração de terra, que colocava o trabalhador em uma posição desfavorável, já que para ele nada restava a não ser servir de mão-de-obra, pois o preço da terra, graças aos grandes latifundiários, era exorbitante.

Como já se havia comentado anteriormente, o fator latifúndio não é algo atual, tem início no Brasil colônia e se perpetua até os dias atuais. E isso acontece porque os latifundiários são beneficiados pela isenção fiscal que goza a propriedade rural. Isso trás graves problemas e, um deles é o desuso da terra que se torna mal aproveitada, já que isso não é de interesse dos mesmos. Caio Prado Junior aborda

muito bem a temática sobre a reforma agrária e abre caminho para o texto seguinte de Alberto Passos Guimarães.

O texto seguinte, denominado *As três frentes de luta de classe no campo* (1960), vem abordar como o próprio tema já diz as lutas de classes existentes no campo, que tem logo de início uma grande barreira, o imperialismo que serviu como forma de opressão no campo e é a causa histórica do atraso de nossa agricultura, decorrente da evasão de nossa renda para as metrópoles. Sendo que, por essa renda que se evade nos tornamos dependentes aos monopólios estrangeiros, trazendo outros inúmeros danos que recaem principalmente sobre a massa trabalhadora do campo.

Porém vemos que os mesmos se mobilizam para lutarem contra o que lhes foi imposto. Um grande influenciador na luta do campo, através de suas teses de lutas de classes, foi Lênin. Suas bases marxistas influenciaram a construção de três frentes de lutas no campo, que foram: a frente dos assalariados e semi-assalariados agrícolas, que tem como objetivo montar as correias de transmissão, que irão ligar o proletariado e o movimento democrático das cidades aos camponeses e ao movimento democrático do campo.

Como segunda frente de luta no campo temos, à frente contra o latifúndio,

que abrange o campesinato pré-capitalista, semi-feudal. Para eles os limites da propriedade camponesa poderia ser estabelecida no Brasil na ordem dos 50 hectares. Sendo que haveria uma divisão entre os camponeses pobres e médios. A terceira frente seria a luta contra o imperialismo, que baseia-se nas aspirações nacionais que rompem os laços de dependência com os monopólios estrangeiros, laços que tornam a opressão feudal mais dolorosa. Analisando essas três frentes percebemos que elas têm basicamente os mesmos objetivos, melhorar as formas de trabalho e conseqüentemente a vida do trabalhador do campo.

Para se abandonar esse modo de exploração da mão-de-obra, se faziam necessárias grandes alterações, tanto políticas – legislativas- quanto no próprio imaginário popular que fazia alusões aos negros com idéias abstratas ligando sempre a imagem dele a preguiça.

Mas apesar disso, a corte se viu pressionada a abolir a escravidão, logo teria que implantar novas formas de trabalho que pudesses garantir a sustentação da economia e da produção agrícola. Havia duas possibilidades que os escravos enfrentariam, ou se tornavam servos, ou trabalhadores assalariados. A condição de se tornarem servos era muito mais previsível pelo fato de a tal liberdade não

significar a posse de terras para eles e nem tampouco a aceitação mediante uma sociedade que ainda carregava caráter escravista e cheia de preconceitos.

No entanto, ainda assim se fazia necessária a implantação de novas medidas capazes de substituir o escravismo, duas eram elas: a colonização e a imigração, sendo que a colonização não se sustentou por não ter bases estáveis e a imigração sofreu grandes dificuldades no sentido de que os imigrantes tinham que arcar com as suas despesas, logo se transformava em um servo, não em trabalhador assalariado.

Porém com a implantação do Café houveram medidas tomadas pela própria corte, de tomar as despesas dos imigrantes, assim o fluxo migratório aumentou, principalmente de italianos. Com esse novo modelo de trabalho a extinção do escravismo foi acelerado e em 1888 duas leis foram feitas para abolir a escravidão. Mas nem o Brasil estava preparado para receber o modelo de trabalho assalariado, nem o objetivo de transformar os ex-escravos em trabalhadores assalariados deu certo. Logo podemos dizer que essa abolição era um mero instrumento político, pelo fato de apenas ter tirado das mãos dos proprietários a posse de homens, e seguiu um regresso até os tempos de servidão, já que não havia grande mobilidade das posses de terras.

Todo o contexto histórico citado por Nelson Werneck Sodré vem reforçar as idéias de Moisés Vinhas, principalmente acerca da idéia de que foi implantado no Brasil um tipo de feudalismo, em que as relações se baseavam na servidão. A formação Histórica do território também vem levantar a questão dos latifúndios entendidos como o grande empecilho para a reforma agrária brasileira.

Esses latifúndios, segundo Vinhas só beneficia uma minoria da população que é detentora destes, enquanto que o campesinato fica a margem de toda a provisão de terras que seriam utilizadas muitas vezes para a própria subsistência ou mesmo para uma pequena agricultura familiar. Esse pensamento só reforça as idéias de Werneck, ao lembrar que quando no Brasil foram divididas as terras entre poucos homens e agregando o trabalho (não-assalariado), temos, pois uma relação basicamente servil.

O processo de reforma agrária deve ser implantado, porém as dificuldades encontradas se situam muitas vezes na própria legislação, que assegura aos grandes proprietários uma parte da terra que nem se aproxima aos que o campesinato detém.

CONCLUSÃO

O processo pelo qual o Brasil passou e ainda passa tem raízes históricas fundadas basicamente na forma com que foi colonizado. Essa é uma afirmação fundada na própria experiência e nas pesquisas que levantaram argumentos e nos provam inúmeras vezes que se hoje vemos um país com inúmeras desigualdades sociais, e que essas desigualdades encontram-se na maioria das vezes no campo, é porque quando foi instalado (e imposto) o tipo de relação que iria permanecer no país, buscou-se a relação servil, para que o Brasil, como colono, pudesse suprir as necessidades de sua metrópole.

As conseqüências de todo esse processo se fazem presentes hoje de diversas formas. No campo, ainda se reivindica o direito de terra para a própria subsistência e é bem visível que ainda continue por longo tempo o discurso dos grandes proprietários.

Com a leitura dos textos presentes no livro *A questão Agrária*, de João Pedro Stedile, ficou clara a compreensão de que os problemas que vemos hoje não pertencem só ao presente, mas ao passado, pois foi no passado que, ao instaurarem um sistema “feudal”, praticamente objetivaram a desigualdade no campo, e também na cidade, pois a cidade tem sido

reflexo dessas lutas que ocorrem no meio agro.

Reflexo este encontrado na alta dos preços de produtos agrícolas, na grande leva de trabalhadores desempregados que buscam solução para os seus problemas nas grandes cidades, no inchaço das cidades por receberem esse fluxo migratório, etc.

Temos, pois que como foi proposto pelos autores, a Reforma agrária é uma necessidade, e como tal é a solução para a grande maioria dos problemas de classes presentes no Brasil.

REFERENCIAS

STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional** – 1500 a 1960. São Paulo. Expressão Popular, 2005. Pags. 9 a 168.

FEREIRA, D.A.O. de. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. In: **Terra Livre**. São Paulo: n° 16. 1° Semestre/ 2001. PP.39-70.

GALVÃO, M. do. CC. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária. In: **Campo-território: revista de geografia agrária**.

SUZUKI, J.C. Geografia agrária: gênese e diversidade. In: MARAFON, G.J; RUA, J; RIBEIRO, M.A. (Orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**.



Terra, Poder e Território **Roberto José Moreira**

Esta é uma coletânea de textos apresentados em eventos, encontros científicos, seminários e palestras realizadas pelo autor. Visam a busca de elucidação de assimetrias do poder no domínio privado do território em uma abordagem crítica interdisciplinar sobre os domínios dos territórios, a cultura agrária, identidades sociais e a sociedade brasileira.

Editora: **Expressão Popular**

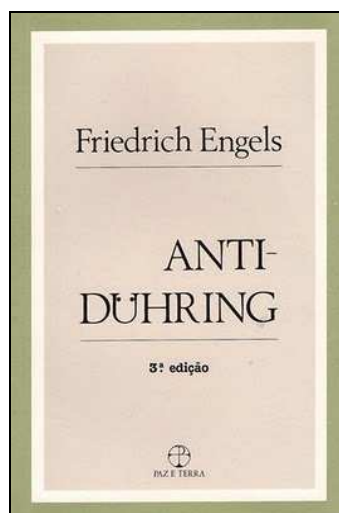
ISBN: 978-85-7743-043-7

Estado, Classe e Movimento Social **Carlos Montaña e Maria Lúcia Durighetto**

Os conceitos de Estado, classe e movimentos sociais estão entre os mais controversos no campo do pensamento social. Os autores deste livro deixam claro o ponto de vista teórico que adotam no tratamento destes conceitos: o marxismo. Mas não deixam de apresentar e comentar também outros pontos de vista, enriquecendo assim o tratamento dos abordados. O resultado final é uma excelente introdução a estes conceitos fundamentais, que sabe combinar uma linguagem acessível com profundidade teórica. (*Carlos Nelson Coutinho*).

Editora: Cortez

ISBN: 9788524916724



Anti-Düring **Friedrich Engels**

Estudo crítico da doutrina socialista de Eugen Düring, que era professor na Universidade de Berlim e possuía, sob alguns aspectos, afinidades com Marx e Engels. Entretanto, no que se refere à "filosofia da realidade" de Düring, Marx e Engels representavam o pólo oposto, e opunham ao socialismo autocrático de Düring o materialismo dialético. Este livro foi o primeiro a revelar o conteúdo da teoria marxista aos líderes da social-democracia alemã, segundo a qual divulgou-se a interpretação materialista da História e as conseqüências políticas advindas dessa interpretação.

Editora: Paz e Terra

Edição: 3ª

ISBN: 8521904800